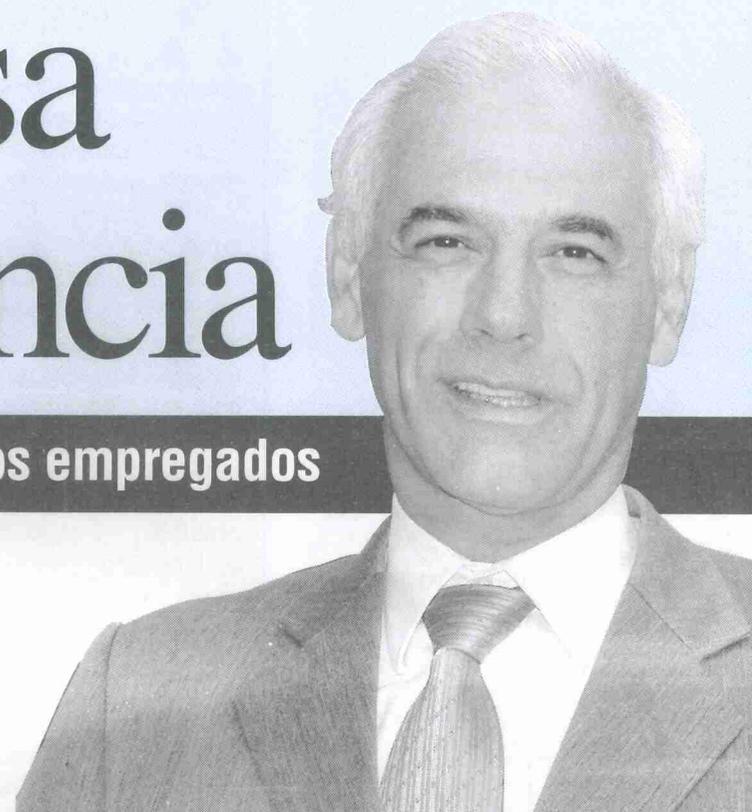


CEDAE precisa melhorar eficiência

Um novo modelo exige comprometimento de todos os empregados

Organizar a empresa, melhorar a sua arrecadação e concluir as obras em andamento. Estas são as prioridades da atual administração da CEDAE, segundo garantiu o presidente, Aluizio Meyer de Gouvêa Costa, em entrevista exclusiva ao jornal da ASEAC. Segundo ele, hoje a empresa não arrecada o suficiente para cobrir suas necessidades

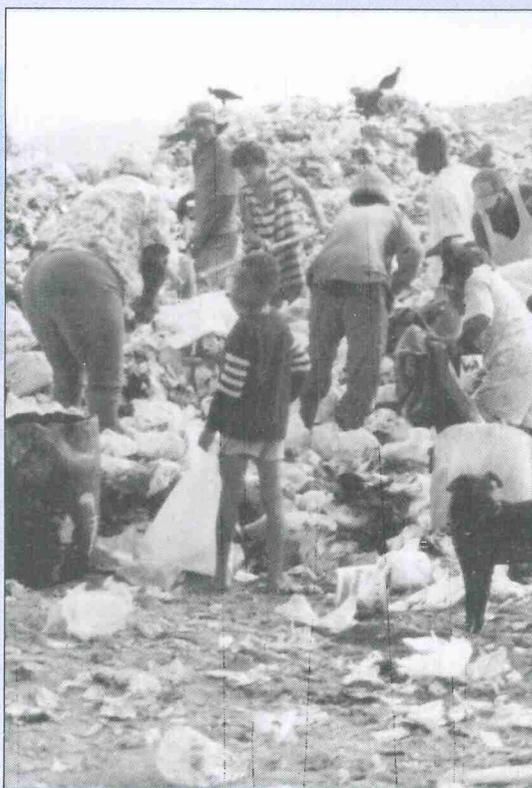
Páginas 4 e 5



Projeto “Sede Zero”

As bases de um programa destinado a implementar ações que permitam a universalização do Saneamento em todo o país serão lançadas até outubro pelo governo federal. Mais detalhes na entrevista do diretor nacional de Águas e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento, Clóvis Francisco do Nascimento Filho. A idéia é resgatar a dívida social no setor de Saneamento com o Programa “Sede Zero”.

Páginas 6 e 7



Auditoria na CAC Saúde

Páginas 2 e 8

O relatório elaborado pela auditoria independente contratada para avaliar a situação da CAC Saúde garante que, nos últimos dois anos, foram utilizados cerca de R\$ 6 milhões, que deveriam ser utilizados exclusivamente no atendimento aos associados, para cobrir despesas administrativas. O documento classifica de deficiente a metodologia de gestão do plano e recomenda sua total revisão.

AES: “calote” à vista no BNDES

Página 2

O calote da AES no BNDES, ao não pagar a parcela de US\$ 336 milhões da dívida de US\$ 1,2 bilhão contratada para comprar a Eletropaulo, continua sem solução.

Opinião: Lições da Guerra do Iraque

Página 3

A guerra preventiva parece ser a estratégia dos EUA diante de supostas ameaças. Segundo a ONU, a escassez de água será o próximo fator de conflito no mundo, o que poderá colocar suas reservas “na linha de tiro”.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Paulino Cabral da Silva

Diretor Vice-Presidente
 Dario Mondego

Diretor Administrativo
 Flávio de Carvalho Filho

Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação
 Claudino Victor R. E. Santo

Diretor Técnico
 Jorge Luiz Ferreira Briard

Diretor Social
 Antônio Bastos de Oliveira

Diretor Jurídico
 Aloysio Gomes Feital Filho

Diretor Adjunto
 Aloysio Ribeiro Filho

Conselho Diretor - 2002/2004
Representante dos Administradores
 Pedro Paulo de Freitas

Representante dos Advogados
 Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas
 César Lima da Graça

Representantes dos Aposentados
 Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego

Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares

Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

Representante dos Arquitetos
 Júlio Celso Bragança Gil

**Representante dos Assistentes
 Sociais**

Zélia Maria Monteiro Borba

Representante dos Biólogos

Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores

Sérgio Pereira

Representante dos Economistas

Firmino Gustavo Gameleira

Representantes dos Engenheiros

Antônio Carlos Álvares Grillo

Flávio José Soares de Moura

Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes

Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

Representante dos Farmacêuticos

Armando Costa Vieira

Representante dos Geólogos

Egmont Bastos Capucci

Representante dos Químicos

Paulo Roberto Correa

Conselheiros Natos

Antônio Inácio da Silveira

Walnyr Bitencourt de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto

Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

Conselho Fiscal - 2001/2003

Cézar Eduardo Scherer (Efetivo)

Márcio de Melo Rocha (Efetivo)

Paulo César Quintanilha (Efetivo)

Jorge Rodrigues Leitão (Suplente)

Gérson Pereira Nascimento (Suplente)

Cândido Francisco S. Silva (Suplente)

Produção e Edição:

Planin Serviços Editoriais

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524-RJ

Março/Abril de 2003

Expectativa

ASEAC está atenta à administração do plano de saúde

A ASEAC faz publicar em seu jornal (página 8) a síntese do relatório final da auditoria que se realizou na CAC, por deliberação do Conselho de Administração da CEDAE, para ser avaliado os seus últimos cinco anos de gestão.

É lamentável os dados e fatos constatados no período de 2001 a 2002.

Os dirigentes naquele período foram afastados e estão "sub-júdice", inclusive respondendo à uma Sindicância interna na CEDAE, também deliberada pelo seu Conselho de Administração. Estão lentos os trabalhos. Chega próximo a cem dias de sua instalação (marco utilizado pelos governos federal e estadual para as suas administrações).

Três empregados da Cia., por indicação da diretoria executiva da Cedae, com aprovação do conselho deliberativo da CAC, assumiram em caráter emergencial a gestão daquela instituição. Lá, gerenciaram em torno de dois meses e nesse curtíssimo período elaboraram um relatório minucioso sobre a situação econômico-financeira da entidade fazendo com que a mantene-

dora CEDAE, cumprindo o seu papel institucional, repassasse R\$13 milhões e 800 mil para a CAC, gerando com isto uma nova situação de estabilidade financeira para nossa caixa.

Entretanto, foram substituídos, por outros três empregados, sob a orientação da nova composição de diretoria executiva da CEDAE, em razão do governo de Rosinha Matheus.

A insatisfação recomeça. É a repetição de um mesmo filme. As entidades representativas dos trabalhadores, legítimos donos majoritários, já fazem denúncias de atos e fatos que colidem com suas expectativas. As medidas preconizadas no relatório da auditoria vêm sendo ignoradas e a CAC retorna à sua marcha-ré.

A "saúde" da CAC continua inspirando cuidados de "médicos" capazes. A nossa saúde, literalmente, depende da CAC sadia, por nós administrada e não por terceiros. Quem não tem competência não se estabelece, já diziam há mais de um século.

A ASEAC, como no capítulo anterior dessa novela de mau gosto, está atenta e já analisa os atos e fatos ora denunci-

ados pelas entidades, inclusive alguns ainda não divulgados, mas já de nosso conhecimento.

Os trabalhadores, devido à indiferença dos atuais dirigentes e a falta de dados gerenciais solicitados em reuniões que contrariam seus apelos e usando de seu poder majoritário, já oficiaram não só à CAC, como também ao presidente da diretoria executiva da CEDAE, onde deflagram uma nova postura para negociações, considerando que, diante dos acontecimentos relatados, o endereço certo é a CEDAE que vem se responsabilizando, ainda que como poder minoritário, pela designação dos dirigentes daquela instituição, bem como, presidindo o seu conselho deliberativo, através de um de seus diretores.

Há de se lamentar que a direção da Cedae, até este momento, não se pronunciou em face da correspondência recebida, nem tampouco quanto à gestão atual da CAC que, para os trabalhadores e seus familiares, que são o objetivo final da CAC, vem deixando muito a desejar.

A Diretoria.

Dívida da AES com o BNDES continua sem solução

Depois do prejuízo gerado pelo "calote" dado pela empresa norte-americana AES, controladora da Eletropaulo, que deixou de pagar uma parcela de US\$ 336 milhões da dívida total de US\$ 1,2 bilhão contraída junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo federal deveria rever todos os contratos firmados pelo governo anterior para evitar novos rombos no dinheiro dos contribuintes.

O caso da AES poderá fazer com que o BNDES feche o ano de 2003 com prejuízo, depois de oito anos consecutivos de lucro. A rigor, o governo deveria, no mínimo, assumir o controle da gestão da empresa para minimizar os prejuízos do Banco, pelo menos até que a AES apresentasse uma proposta plausível para solucionar o impasse. Afinal, além de não pagar por recursos que tomou do Estado para disputar o controle da Eletropaulo no processo de privatização da empresa, a AES ainda enviou dividendos em torno de US\$ 318 milhões ao exterior, em 2000 e 2001. E a pers-

pectiva de o governo leiloar as ações da Eletropaulo em poder da AES não parece uma boa solução, pois não garante o pagamento da dívida.

Na verdade, se a situação fosse in-

"Se eu estivesse devendo ao Citibank e não pudesse pagar porque uma empresa de varejo me deu o cano, o banco não seria compreensivo."

Luiz Fernando Furlan
 Ministro do Desenvolvimento,
 Indústria e Comércio Exterior

versa, ou seja, se fosse uma empresa brasileira a dever uma quantia dessas a um banco norte-americano, certamente o caso já estaria na justiça daquele país. Na pior das hipóteses, o governo americano, como faz normalmente para proteger as empresas de seu país, estaria exercendo fortes pressões sobre o governo (provavelmente sobre o próprio BNDES) para garantir o pagamento.

O fato é que o problema continua sem solução e tudo indica que o BNDES vai esperar por uma nova proposta da AES antes de se decidir pela execução judicial. De qualquer forma, o caso é um bom teste para o novo governo, que, através do próprio ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, já se pronunciou, pela imprensa, contrário ao Tesouro brasileiro ou o BNDES pagar a conta: "Se eu estivesse devendo ao Citibank e não pudesse pagar porque uma empresa de varejo me deu o cano, o banco não seria compreensivo", disse o ministro. Agora, "é pagar p'ra ver".

Água na linha de tiro

Carlos Emiliano Eleutério*

Kyoto, cidade japonesa onde 169 países endossaram, há alguns anos, o polêmico “Protocolo de Clima”, que os Estados Unidos se recusaram a assinar, foi palco, em março último, do Terceiro Fórum Mundial da Água. Durante o encontro foi debatido o relatório da Organização das Nações Unidas, que prevê um quadro sombrio para o futuro do mundo, em função da falta de água.

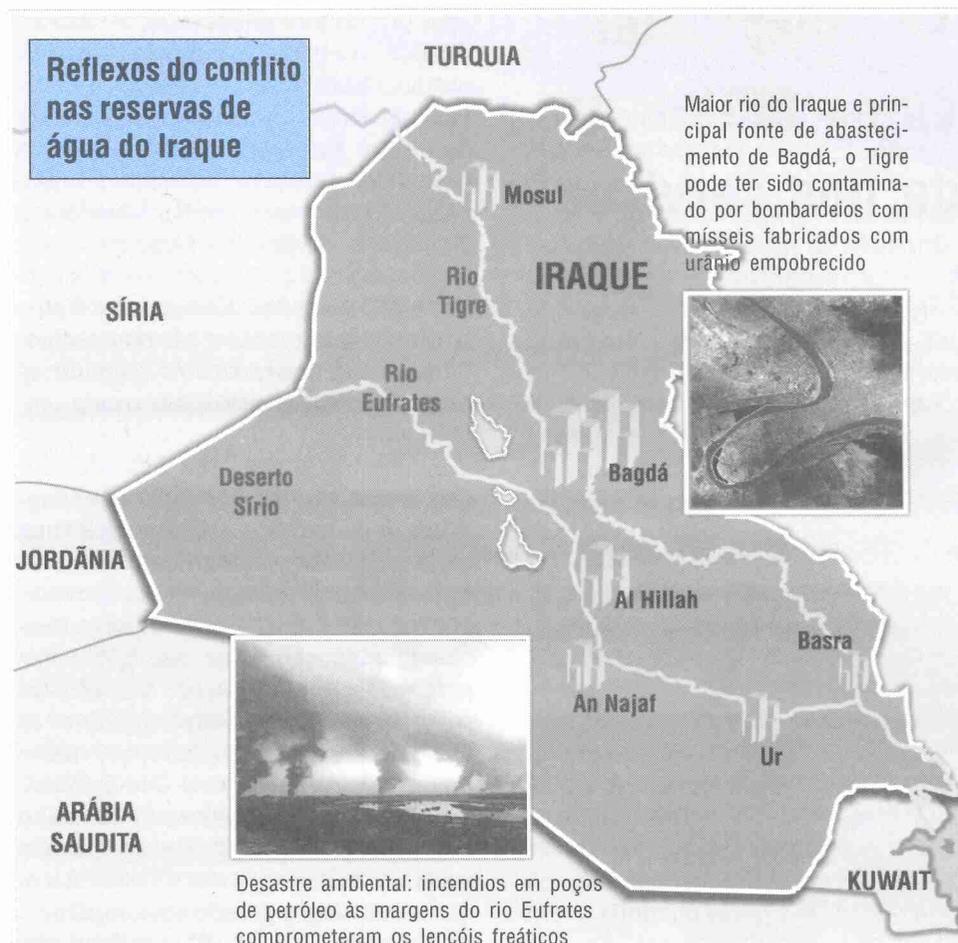
E enquanto se discutia o quadro apocalíptico traçado pela ONU, em função da diminuição drástica das reservas globais de água, devido ao crescimento populacional, poluição e aquecimento global, George Bush ordenava o bombardeio a Bagdá. Mas o que a invasão do Iraque tem a ver com Kyoto?

Simples! A própria ONU, que não autorizou a invasão do Iraque, vem alertando para o risco de conflitos mundiais por causa da água. Segundo o diretor do Programa Mundial de Água da Unesco, Gordon Young, “a questão é preocupante em diversas regiões, especialmente no Oriente Médio e na área dos rios Tigre e Eufrates, que abastecem vários países, entre os quais o próprio Iraque”. Agora, por motivos óbvios, a crise da água e seu potencial para gerar um conflito mundial ficaram ofuscados pela guerra do Iraque, explica Young.

Coincidência? Talvez, mas é bom analisar os dados da ONU. O relatório de Kyoto diz que, hoje, cerca de 20% da população mundial não têm acesso à água potável. E 40% não dispõem de água suficiente para uma estrutura adequada de saneamento básico e higiene. Diz ainda que, em 20 anos, a quantidade média de água disponível por pessoa será reduzida a um terço. Em 2050, dependendo das taxas de crescimento populacional e das iniciativas para minorar a crise, a escassez de água afetará de dois a sete bilhões de pessoas.

A questão é que a escassez da água afeta também diretamente a produção mundial de alimentos, pois cerca de 70% da água utilizada no planeta se destinam à irrigação. Ainda segundo a ONU, os governos estão suprindo o aumento da demanda por comida, decorrente do crescimento populacional, elevando drasticamente o consumo de água e, dessa forma, o déficit mundial. Isso significa que, tão logo se esgotem algumas reservas, como já aconteceu com diversas, o mau uso da água certamente vai afetar diretamente a produção de alimentos, numa época em que o crescimento populacional mundial deverá ser da ordem de 70 milhões de pessoas/ano.

Mas voltemos à guerra de Bush. No próprio setor de petróleo, há controvérsias sobre as razões alegadas pelos EUA para invadir o Iraque sem ter sido agredido. Mui-



tos duvidam que o motivo seja o petróleo, embora o Iraque disponha de uma reserva de 112 bilhões de barris de petróleo – a segunda maior do planeta. Mas o fato é que os EUA dispõem de reservas de cerca de 30 bilhões de barris de óleo (dados da Agência Nacional do Petróleo - ANP) e tem o maior consumo do planeta - entre 18 e 20 milhões de barris/dia. Basta, portanto, uma conta simples: mantido o atual consumo, caso precisassem utilizar suas reservas, os EUA teriam petróleo para no máximo quatro anos. Como, atualmente, eles importam 55% do que consomem, dá para estimar que o caos energético viria em oito anos.

Mesmo assim, especialistas garantem que seria mais barato comprar o petróleo do que tomá-lo, através de uma guerra que custou US\$ 74 bilhões, somente na fase inicial. E ainda argumentam que o petróleo pode ser suprido por fontes alternativas de energia. Além disso, alegam, ao longo dos anos, novas tecnologias, aumento de produtividade, restauração de poços antigos e uma mudança no perfil de consumo poderiam fazer com que as reservas norte-americanas crescessem ou tivessem sua queda diminuída. Pode ser! Mesmo assim, é difícil aceitar com passividade os pretextos de que o Iraque, supostamente, dispunha de armas químicas de destruição em massa – que a ONU, em anos de procura, nunca encontrou. Ou de que os EUA querem pôr um fim à tirania

de governos como o de Saddam Hussein.

Mas o sinal amarelo está aceso para o petróleo americano. Dados da ANP dizem que as reservas mundiais, de 1992 a 2001, passaram de 1.008,8 bilhões para 1.049,8 bilhões de barris. Contudo, nesses nove anos, as reservas da América do Norte caíram de 91 para 63,9 bilhões de barris, sendo que as dos EUA se reduziram de 32,1 bilhões para 30 bilhões de barris. As do México caíram de 51,3 para 26 bilhões de barris, praticamente a metade. Já no Oriente Médio, as reservas subiram, no mesmo período, de 661,8 para 685,6 bilhões de barris, com a Arábia Saudita mantendo a liderança (261,8 bilhões de barris). No Iraque, as reservas passaram de 100 para 112 bilhões de barris entre 1992 a 2001.

Independente da importância do petróleo nesta guerra, que deverá gerar negócios em torno de US\$ 100 bilhões para empresas americanas, a questão da água, discutida em Kyoto, também é fundamental - embora ofuscada pelas justificativas norte-americanas para invadir o Iraque. Pois, além do petróleo, o país possui duas das fontes de água mais importantes do Oriente Médio. Esta informação é relevante quando a ONU nos informa que, além do petróleo, os EUA são também os maiores consumidores de água do mundo: 2.230 metros cúbicos/ano por habitante. E o Ori-

ente Médio já troca petróleo bruto por água potável, na razão de sete por um. Como alertou a ONU, a água – que o Iraque também tem – “é um fator que fundamentará toda a política da região”, por coincidência a mais rica em petróleo do planeta”. Pergunta-se: Não seria um ótimo negócio para quem tanto precisa de petróleo, controlar também fontes de água em pleno deserto?

O planeta é coberto por 70% de água, aproximadamente. Entretanto, 97,5% dela são salgadas. Para garantir o consumo humano, sobram 2,5% de água doce. Mas, desse pequeno percentual, 80% dela estão localizadas nas calotas polares da Antártida e da Groenlândia. Nos 20% restantes, temos distribuído: a umidade do solo e da atmosfera (vapor); reservas subterrâneas profundas de difícil acesso; rios; nascentes e lagos. Restam, então, para o consumo humano menos de 0,5% de toda a água doce do Planeta. Pior: nesse percentual, ainda concorrem a irrigação, com 70%; e as indústrias, com 10%.

O Brasil tem 5,4 trilhões de m³ (dados do Banco Mundial), o maior fluxo interno de água do planeta. Ou seja, é dono de 12% de toda a água disponível para o consumo humano no mundo. Cerca de 80% dessas reservas estão na Amazônia. Somente o volume de água do rio Amazonas representa 16% de toda a água dos rios do planeta. Mas se isso, por um lado, é um privilégio natural, por outro, deve ser um sinal de alerta e de preocupação. Não podemos esquecer posicionamentos mais antigos, como de Al Gore, que foi quase presidente dos EUA; de Margareth Thatcher, ex-primeira ministra britânica; e do próprio ex-chanceler americano, Henry Kissinger, que revelaram publicamente um grande interesse sobre a Amazônia, chegando a defender que a região fosse declarada “Patrimônio da Humanidade”. Ou então que se admitisse, sobre a Amazônia, uma *soberania relativa*.

Pelo exemplo do Iraque, portanto, não seria absurdo imaginar que o Brasil fosse acusado, no futuro, de esconder armas químicas na Amazônia. Afinal, se para garantir uma fonte energética substituível e os negócios das companhias norte-americanas, o governo Bush, usando argumentos duvidosos, despejou toneladas de bombas sobre o Iraque, imaginem o que não faria para garantir a supremacia norte-americana no controle da água? Afinal, as fontes de água são, com certeza, a maior todas as riquezas deste século XXI.

*Carlos Emiliano Eleutério é jornalista, especializado na área econômica e em Saneamento Ambiental. É editor do Jornal da ASEAC.

Em entrevista ao Jornal da ASEAC, o presidente da CEDAE, Aluizio Meyer de Gouvea Costa, cobrou maior comprometimento dos empregados da CEDAE na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

JA - Dr. Aluizio, qual a proposta do governo Rosinha para a CEDAE?

Aluizio Gouvêa - A nossa proposta inicial é de arrumar a casa. Recebemos a Empresa desorganizada e estamos em um processo de organização. E para isso, precisamos equacionar as suas dívidas e isto inclui aquelas que se referem às obras em andamento, as relativas a processos judiciais, além das referentes a gastos com energia elétrica e produtos químicos. Somente à Light, a CEDAE deve mais de R\$ 30 milhões. No termino do governo Garotinho, esta dívida estava equacionada e era de cerca de R\$ 4 milhões. Resumindo, o nosso objetivo é organizar a Empresa, melhorar a sua arrecadação e concluir as obras em andamento.

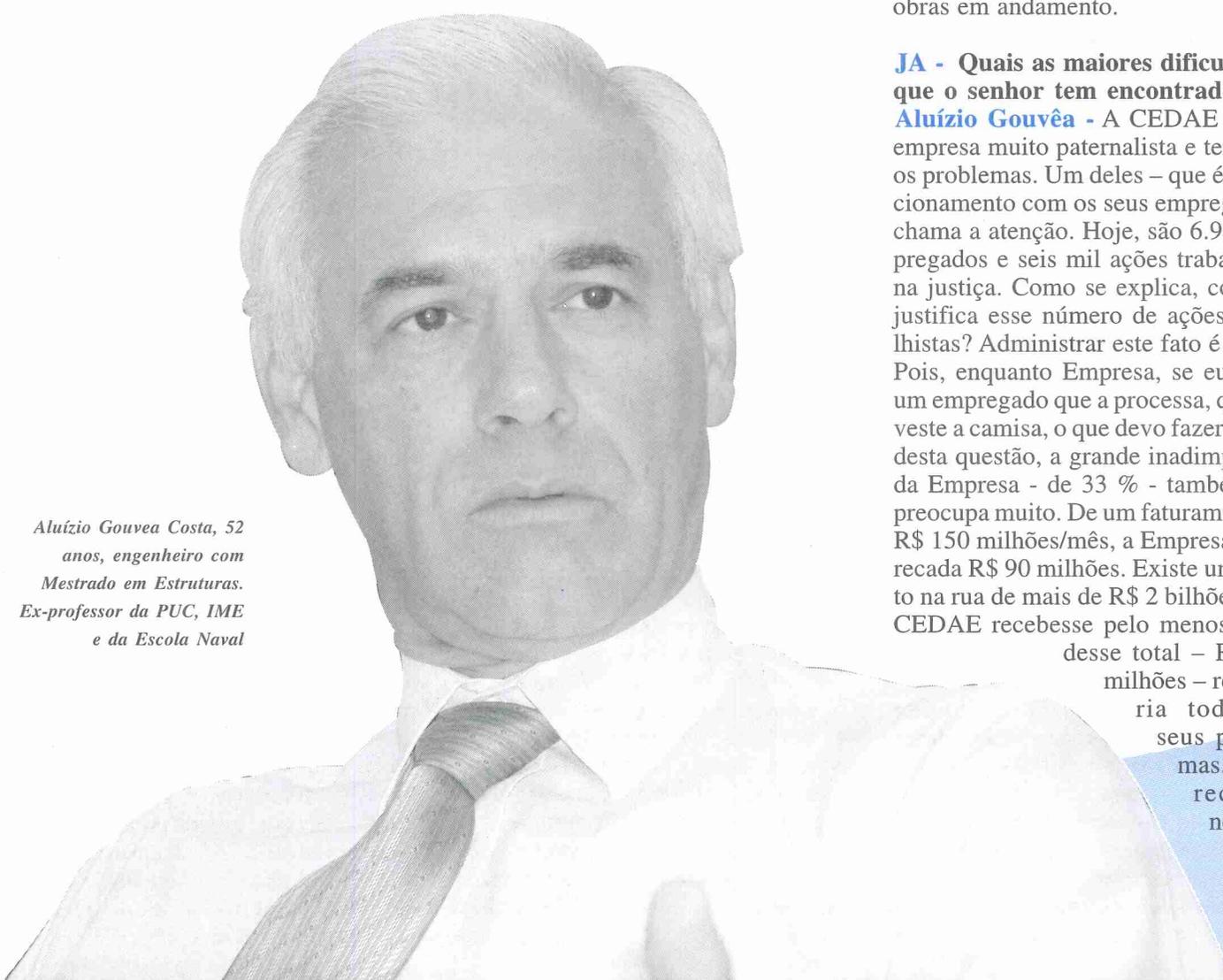
JA - Quais as maiores dificuldades que o senhor tem encontrado?

Aluizio Gouvêa - A CEDAE é uma empresa muito paternalista e tem sérios problemas. Um deles - que é o relacionamento com os seus empregados - chama a atenção. Hoje, são 6.900 empregados e seis mil ações trabalhistas na justiça. Como se explica, como se justifica esse número de ações trabalhistas? Administrar este fato é difícil. Pois, enquanto Empresa, se eu tenho um empregado que a processa, que não veste a camisa, o que devo fazer? Além desta questão, a grande inadimplência da Empresa - de 33 % - também nos preocupa muito. De um faturamento de R\$ 150 milhões/mês, a Empresa só arrecada R\$ 90 milhões. Existe um débito na rua de mais de R\$ 2 bilhões. Se a CEDAE recebesse pelo menos 40 % desse total - R\$ 800 milhões - resolveria todos os seus problemas. Esses recursos nos per-

mitiriam concluir o Saneamento da Barra; terminar o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG); e concluir outras obras importantes, como a Adutora da Baixada Fluminense; o Sistema de Esgotamento de São Conrado; a Adutora de Rio das Ostras; o abastecimento de Macaé e de vários municípios do interior.

JA - Os técnicos da Companhia há muito reclamam da falta de autonomia administrativo-financeira para a Empresa. Querem um contrato de auto-gestão e defendem a proposta de que a Empresa seja administrada de forma mais descentralizada possível. Como está hoje a CEDAE? Existe caixa único no governo? Os recursos da CEDAE estão sendo desviados? E qual a sua opinião sobre a proposta dos técnicos?

Aluizio Gouvêa - A CEDAE está tendo autonomia para gerenciar o seu caixa. Mas o problema é que a Empresa não está arrecadando o suficiente para as suas necessidades. Como já falei, a inadimplência é muito grande. Agora, a CEDAE sempre foi presidencialista e, portanto, sempre teve uma administração centralizada. Eu, pessoalmente, gosto de delegar funções. Mas, neste momento, estamos procurando reduzir custos. Por exemplo: A nossa frota própria continua sucateada, mas mesmo assim estamos reduzindo os contratos de locação de carros. Não se justifica que o pátio da Empresa esteja repleto de carros alugados para o transporte de empregados da casa para o trabalho, quando temos problemas financeiros. Assim, estamos reduzindo ao máximo possível o aluguel de veículos não operacionais. Além disso, estamos reduzindo o custeio de diversas pessoas, como em horas extras, na redução dos contratos de limpeza e de segurança. Como sabemos de nossas dificuldades, estamos priorizando a manutenção e a área operacional. Se existe algum problema em qualquer uma dessas áreas, imediatamente são deslocados recursos para resolvê-los.



Aluizio Gouvea Costa, 52 anos, engenheiro com Mestrado em Estruturas. Ex-professor da PUC, IME e da Escola Naval

Pessoalmente sou contra a privatização da CEDAE. Posso afirmar que o governo tá

Está na hora de

JA - A extinção da diretoria do interior preocupou a ASEAC, pois pode significar uma maior centralização de decisões dentro da Empresa. Qual a sua opinião sobre a questão?

Aluízio Gouvêa - A CEDAE aduzia ao interior cerca de 5 mil m³/seg. - menos de 10% de sua produção total. Isto antes da privatização da distribuição de parte do Sistema Imunana-Laranjal, mais especificamente do município de Niterói, e privatização da produção e distribuição do Sistema de abastecimento de Campos, no Norte Fluminense. Hoje, sem Niterói e Campos, a Empresa aduz ao interior menos de 3 m³/seg. São 63 municípios conveniados e nós estamos tendo o maior cuidado em atendê-los, mas economicamente não se justifica que a Empresa tenha uma diretoria do Interior. Politicamente, esta diretoria seria aceitável, mas tecnicamente não. E a nossa proposta é tentar fazer uma administração técnica.

JA - Outra preocupação dos técnicos da Empresa é com relação à contratação de técnicos não especializados para assumir cargos de chefia na área operacional. O que o senhor poderia dizer sobre isso?

Aluízio Gouvêa - Esta preocupação da ASEAC não procede. Se os técnicos da CEDAE me apresentarem três pessoas que ocupem cargos na área operacional, que não sejam dos quadros da CEDAE, ficarei surpreso. Aliás, a grande maioria dos técnicos indicados para cargos de chefia nesta área foi feita pelo diretor José Carlos Tavares. Além disso, é claro, um ou outro foi em consenso com ele, através de indicação política. Eu trouxe pessoal de fora da Empresa para ocupar cargos na área jurídica e comercial, mas não para a atividade fim da Empresa.

JA - Voltando à questão da auto-gestão. A SABESP deu a volta por cima e se tornou a maior Empresa de Saneamento do País, através de um contrato de auto-gestão. O senhor

não acha que um contrato desses poderia alavancar a CEDAE?

Aluízio Gouvêa - O que ocorreu na SABESP foi que o então governador Mario Covas assumiu a Empresa pessoalmente, conseguindo apoio na Assembleia Legislativa para reformular a sua estrutura administrativa. Para resolver o problema da CEDAE, é necessário uma conscientização da sociedade, que deve olhar para a Empresa como um bem a ser preservado. Agora, essa conscientização precisa começar dentro da própria Empresa. E hoje, eu tenho dúvidas se isto é possível na medida em que temos seis mil ações trabalhistas e um péssimo atendimento à população. O "call center" não funciona. Outro dia, liguei para o serviço e esperei 20 minutos e não foi atendido. Em nossas lojas comerciais, os empregados da CEDAE tratam mal os clientes. Traduzindo, os nossos empregados dão um atendimento muito ruim à população. A Ouvidoria tem recebido inúmeras reclamações, o que confirma as minhas palavras.

JA - E a privatização? Existe ainda o risco da Empresa vir a ser privatizada?

Aluízio Gouvêa - Pessoalmente, sou contra a privatização da CEDAE. Posso afirmar que o governo também é contra. Mas do jeito que as coisas estão e se não houver uma reversão do atual quadro da Empresa, vamos ter de repensá-la. Agora, não sei se hoje teria alguém interessado em comprar a CEDAE. Entre os seus vários problemas, ela tem uma inadimplência enorme e não se pode sequer cortar o abastecimento, pois a justiça não permite. Volto a dizer, a continuar o atual quadro com todos os problemas que já analisamos, vamos ter de repensar a CEDAE.

JA - Quando o senhor fala em repensar a Empresa está se referindo à privatização? Neste caso, como fica a população mais pobre para a qual a CEDAE cobra uma

tarifa subsidiada?

Aluízio Gouvêa - Quero deixar claro que não falei em privatizar a Empresa. Agora, com relação à tarifa social, o secretário Conde costuma dizer que ela não deveria existir. Deveria existir um cheque água. Voltando ao secretário, ele diz que esta tarifa mascara a eficiência da Empresa, na medida em que esta se vê obrigada a bancar custos adicionais, advindos deste subsídio.

JA - O governo federal está acenando com a possibilidade de liberar fontes de recursos do Saneamento, que estavam contingenciadas há anos, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - e o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. O senhor acredita que esta liberação venha a beneficiar a CEDAE?

Aluízio Gouvêa - A liberação de recursos a fundo perdido, por parte do governo federal, é a solução para o Saneamento.

JA - Esta falta de recursos pode prejudicar o término de obras importantes, como a do esgotamento sanitário da Barra/Jacarepaguá?

Aluízio Gouvêa - Estas obras estão começando. Agora, precisamos aumentar o faturamento da Empresa para concluí-las. Ou seja, precisamos receber os débitos dos inadimplentes. E para isso, precisamos reverter a imagem negativa que a população tem da CEDAE.

JA - A sua diretoria tem alguma estratégia para resolver a questão que envolve a Empresa Águas de Niterói, com relação ao preço do metro cúbico da água tratada fornecida pela CEDAE àquela empresa privada?

Aluízio Gouvêa - Já conversamos com a Empresa e ela disse que está disposta a negociar com a CEDAE e pagar o preço justo pelo metro cúbico. Vamos fazer um estudo sobre este valor e devemos voltar a procurar a Águas de Niterói para chegarmos a um acordo.

JA - Constantemente, o abastecimento da população do estado tem sido prejudicado por problemas de poluição no rio Paraíba do Sul, pois a água que chega a ETA do Guandu atingiu níveis de intratabilidade, algumas vezes, nos últimos meses. Um exemplo do que estou lhe falando é o despejo de produtos nocivos à saúde, como dióxido de enxofre, feita pela empresa mineira de celulose Cataguases há poucos dias. Há anos, técnicos da CEDAE alertam para o risco do Rio de Janeiro vir a sofrer de falta d'água se os níveis de poluição na sua principal fonte de abastecimento não forem contidos. Como a CEDAE pretende resolver a questão?

Aluízio Gouvêa - O Brasil ainda está atrasado com relação ao gerenciamento dos seus recursos hídricos, apesar da Constituição de 88 ter estabelecido o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Mas já temos também a Agência Nacional de Águas - ANA - e a cobrança pelo uso da água também já é uma realidade. Temos comitês de bacias formados e a CEDAE tem acento nesses comitês, onde coloca a sua preocupação. Mas já existe em andamento um processo para reverter essa situação.

JA - Atualmente, a CEDAE tem convênio com a maioria dos municípios para abastecimento de água, mas não para serviços de coleta e tratamento de esgotos. Faz parte de sua estratégia assinar esses convênios, atendendo a expectativa dos prefeitos?

Aluízio Gouvêa - A CEDAE não tem hoje recursos para assumir esses sistemas de esgotamento sanitário, principalmente se considerarmos que os níveis de inadimplência no interior são elevados. Precisamos recuperar a arrecadação da Empresa para poder pensar na questão. Agora, esta é uma questão da maior importância e, sem dúvida, a CEDAE envidará todos os esforços no sentido atender também esta demanda.

...também é contra. Mas do jeito que as coisas estão, vamos ter de repensar a Empresa

arrumar a casa

Sede Zero

A Secretaria Nacional de Saneamento deverá lançar, ainda este ano, as bases do programa “Sede Zero”, cujo objetivo é planejar e implementar, a partir de um debate junto à sociedade, um elenco de medidas que possam viabilizar a universalização dos serviços de Saneamento prestados à população. A iniciativa é parte de um projeto maior do ministério das Cidades, que vai debater, durante a Conferência Nacional das Cidades, marcada para outubro, a construção de uma política nacional para as cidades, que integre todas as ações de infra-estrutura e planejamento urbano.

A informação é do diretor nacional de Águas e Esgotos da Secretaria, Clóvis Francisco do Nascimento Filho. Ao analisar as propostas que estão sendo elaboradas, ele adiantou que o governo federal vai criar o Conselho Nacional das Cidades, para atuar como um fórum deliberativo, com a tarefa de formular uma política integrada para as cidades brasileiras, definida a partir das propostas das diversas câmaras setoriais que também estão sendo criadas, entre as quais a de Saneamento.

- A partir daí, a idéia é construir um processo participativo e democrático (envolvendo governos, entidades representativas do setor, universidades, lideranças de trabalhadores, empresariais etc.) para solucionar os problemas de infra-estrutura das cidades, de forma integrada, discutindo todas as questões internamente e estendendo esse debate aos quatro cantos do país, através de seminários e encontros – disse Clóvis Nascimento.

A Secretaria Nacional de Saneamento vai ser coordenadora desse processo e gestora dos recursos, para garantir que não haja dispersão e nem superposição das verbas destinadas aos programas, no que se refere aos demais interesses das cidades, como ha-

bitação, transporte, infra-estrutura etc. “O governo anterior colocou o Saneamento num plano secundário e, com isso, havia superposição de ações entre as diversas áreas”, explicou Clóvis.

- Isso agora acabou. A Secretaria vai ser o endereço que o Saneamento sempre reclamou, para que possamos cumprir o objetivo estratégico de construir uma nova política para o setor, assegurando a universalização dos serviços de Saneamento e garantindo a qualidade de vida nas cidades e no campo, com água tratada, esgotos, drenagem, coleta e disposição de lixo e controle de vetores – afirmou Clóvis Nascimento. Tudo isso de maneira integrada às demais ações de política urbana, de saúde e desenvolvimento regional, priorizando as famílias de baixa renda, os bolsões de pobreza, comunidades de pequeno porte, áreas indígenas etc., para maximizar a utilização

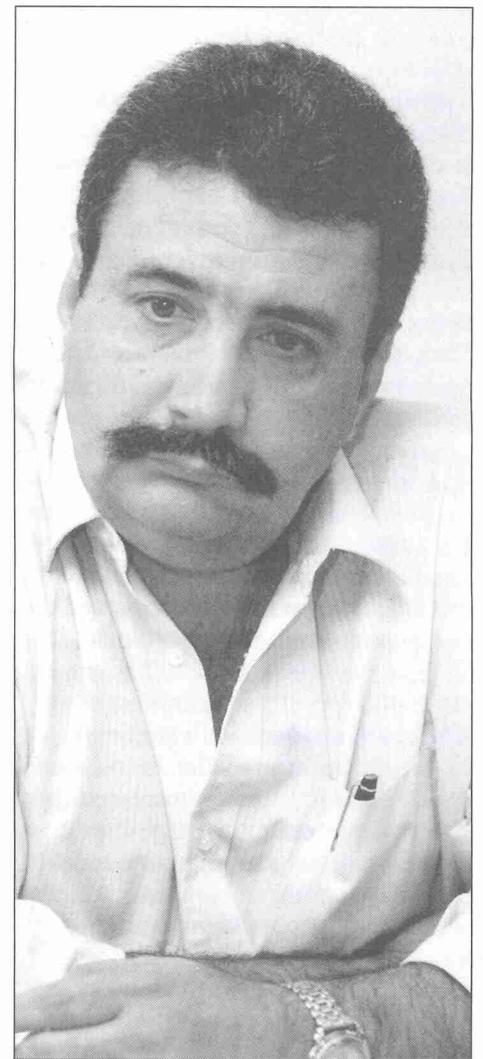
Governo federal assume o desafio social de universalizar os serviços de Saneamento Básico no país

dos recursos, garantiu.

Os municípios também serão convocados a participar em todo o país, especialmente no segmento de resíduos sólidos. Hoje, o déficit é muito grande nessa área e os municípios sofrem com o problema dos “lixões”. “A idéia é acabar com os lixões, educando a população para a necessidade de se reciclar os resíduos sólidos, além de promover a inclusão social dos catadores de lixo, por exemplo”, explicou o engenheiro sanitário.

O importante é integrar as políticas de inclusão social, com a participação de toda sociedade. “Por exemplo, as ações do Programa ‘Fome Zero’ vão permitir montar um diagnóstico em vários segmentos, com indicadores que poderão facilitar um conjunto de ações na área de Saneamento, saúde, habitação, geração de emprego etc. Daí, a importância do planejamento integrado”

Na área de Saneamento Rural, as ações serão desenvolvidas em conjunto com a política de Reforma Agrária e economia solidária, visando a atingir as populações menores, que habitam o campo e as florestas, e que também têm direito a serviços de boa qualidade. “O importante é estabelecer níveis de controle para garantir que os recursos se materializem, de fato, em benefício às comunidades”, disse Clóvis Nascimento. O Saneamento ficou muito tempo



Clóvis Nascimento anunciou o programa do governo federal para reestruturar companhias públicas e eliminar a hipótese de privatização

Eficiência operacional: BIRD aponta caminhos

A criação de um programa sério de revitalização das companhias públicas de Saneamento, com recursos garantidos, critérios e metas bem definidas, representaria, hoje, uma verdadeira “tábua de salvação” para essas empresas. Sucateadas pela falta de investimentos adequados, através de um processo intencional do governo FHC, para viabilizar a sua privatização, as empresas públicas do setor, salvo raras exceções, estão, na sua maioria, vivendo uma crise que, se não revertida, poderá decretar a sua falência em pouco tempo.

Segundo um trabalho publicado pelo diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas, das 27 empresas existentes atualmente no País, apenas três tiveram, no ano de 2000,

perdas inferiores a 30% do volume de água distribuído. E pelos prognósticos sombrios acerca do futuro das fontes de água no mundo, os dados apontam, portanto, para a necessidade urgente de se tornar o uso da água cada vez mais eficiente.

Para se ter idéia da situação, sete companhias estaduais chegaram ao absurdo de registrar perdas superiores a 50%, a maioria – diz o estudo do Banco Mundial – por falta de incentivos para investimentos em maior eficiência. O trabalho aponta falhas também na gestão dos recursos hídricos no País – “dificultado pela abordagem institucional fragmentada, pela atenção excessiva a novos investimentos em detrimento da operação e manutenção da infra-estrutura existente e por não integrar consi-

derações ambientais”.

Além disso, sugere o trabalho do diretor do BIRD, embora a tarifação dos serviços se encontre em um nível capaz de cobrir os custos de operação e possibilitar investimentos, a metade das companhias apresenta déficits operacionais que necessitam de apoio fiscal. Segundo o BIRD, “esses desafios financeiros requerem uma combinação de preços adequados e uma política de subsídios cuidadosamente enfocada nos pobres”. E conclui: “os serviços também podem ser melhorados através de um arcabouço legal mais claro, incentivos de financiamento para melhorar a eficiência e reformas tarifárias e de cobrança pelo uso da água, que promovam a conservação”.

sem recursos e isso prejudicou o seu desenvolvimento institucional. “Precisamos criar critérios, regras claras e controle para combater a ineficiência do Setor. Recuperar o tempo perdido, colocando o interesse público como imperativo, é nossa meta” - explicou.

- Essa história de privatização do Saneamento, por exemplo, acabou. Está inteiramente jubilado das nossas ações de governo. Vamos trabalhar para tornar as empresas públicas capazes, dando ênfase à formação de quadros, através de linhas de crédito para modernização e capacitação. Para isso, estamos elaborando um programa de revitalização das empresas - disse o engenheiro.

Clóvis Nascimento anunciou também a implementação de programas como o Prosab, de incentivo à pesquisa, em conjunto com o ministério da Ciência e Tecnologia e entidades do setor, para buscar novas tecnologias. A idéia é estimular também as empresas privadas a desenvolverem novos materiais e equipamentos.

RECURSOS HÍDRICOS

Outra preocupação é com relação à preservação dos mananciais, sejam de superfície ou subterrâneos. “Vamos incentivar a cultura da preservação da água. Vamos trabalhar ao lado do ministério da Educação para colocar no currículo escolar a cultura de uso adequado dos recursos hídricos e de outros recursos naturais, além da sua proteção e recuperação”, garantiu. Através do Programa Nacional de Controle do Desperdício de Água (PNCDA), o governo federal pretende incentivar as próprias companhias estaduais a investir nisso. “As empresas de Saneamento não podem cobrar economia de água à população, quando muitas delas têm índices de perdas absurdos”, explicou. Daí a importância de se estimular as companhias públicas e os fabricantes do setor privado a investirem em novas tecnologias, materiais e equipamentos que ajudem a reduzir o desperdício de água.

Antes de concluir Clóvis Nascimento reafirmou que o polêmico projeto de lei 4147, através do qual foram criados mecanismos de privatização do Saneamento, será mesmo retirado da pauta de discussão do Congresso. Vamos substituí-lo por um projeto novo, discutido de forma ampla e democrática na Conferência Nacional das Cidades. Acrescentou também que os atuais programas em andamento na área da Secretaria serão todos revistos. Segundo ele, diversos contatos já foram feitos com os organismos internacionais de financiamento, tais como o BIRD e BID, para rediscutir os critérios de alguns programas destinados a atender populações de baixa renda (PASS/BID e PASS/BIRD).

Outra providência importante é des-



Além de acabar com os lixões, o governo federal quer promover a inclusão social dos catadores de lixo

contingenciar os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “O presidente Lula já garantiu a liberação de R\$ 1,4 bilhão do FGTS para o Saneamento. Agora, precisamos eliminar os obstáculos existentes e criar mecanismos para dar acesso às empresas públicas a estas e outras fontes, como o BNDES, por exemplo, com quem temos tido conversas bastante produtivas nesse sentido”, garantiu o diretor de Águas e Esgotos da Secretaria.

**Clóvis Francisco do Nascimento Filho é engenheiro sanitário da CEDAE. Foi diretor da Empresa, presidente da ABES por duas vezes consecutivas, diretor e presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge). É um dos sócios fundadores da ASEAC.*

Prefeitos do interior cobram a reestruturação da CEDAE

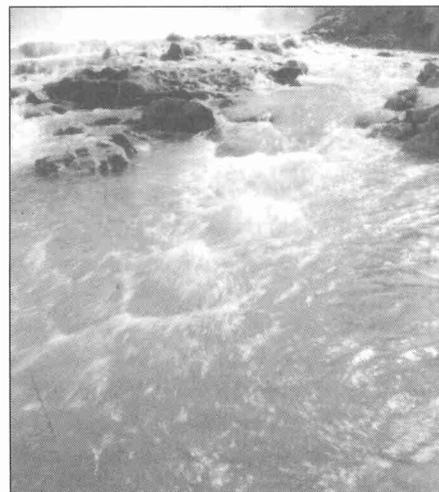
Municípios querem urgência

Os prefeitos das cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro estão reivindicando à nova administração da CEDAE a prometida reestruturação completa da Companhia, para que o interior possa receber as obras de Saneamento Básico de que necessita há tempos e que vêm sendo adiadas por sucessivos governos.

A informação foi dada pelo presidente da Associação dos Prefeitos do Interior e prefeito da cidade de Pirai, na região sul fluminense, Luiz Fernando Pezão, ao analisar a recente decisão da direção da Empresa de acabar com a diretoria do Interior, reduzindo-a ao “status” de Superintendência. Segundo ele, a Associação ainda não tomou conhecimento oficial sobre a nova estrutura da CEDAE e aguarda um contato de seu atual presidente, Aluizio Meyer de Gouveia Costa, prometido para este mês de abril, para então levar as preocupações e reivindicações das prefeituras ao governo do Estado.

HORA DE MUDAR

- Sinceramente, acho que a CEDAE precisa passar por uma reestruturação completa e não meramente da área que cuida dos problemas do interior do Estado, porque a Companhia há muito tempo não vem atendendo os municípios como eles precisam - disse Luiz Fernando Pezão ao Jornal da ASEAC. Ele informou que,



A priorização da utilização da Bacia do Paraíba do Sul para abastecimento humano é reivindicada pelos prefeitos do interior

hoje, esse sentimento é generalizado entre as prefeituras, que estão reclamando uma reavaliação completa da empresa, “porque, apesar dos esforços, a situação vai mal”.

Falando especificamente sobre seu município, o presidente da Associação dos Prefeitos acrescentou que a cidade de Pirai, hoje, além dos problemas de esgotamento sanitário, ainda sofre com a falta d’água em alguns bairros: “É um absurdo que eu ainda tenha bairros sem água, sendo que em alguns deles eu mesmo tive que fazer obras para garantir o abastecimento às comunidades”, afirmou.

O prefeito “Pezão”, como é conhe-

cido na região, afirmou que tem recebido o mesmo tipo de queixa da maioria dos colegas de outras prefeituras. “Sabemos que a Companhia foi sucateada no governo Marcello Alencar, na tentativa de privatizá-la. Eu sempre fui e sou contra a privatização, mas precisamos de uma nova CEDAE para que possamos resolver de fato os problemas dos nossos municípios. Está na hora de trabalharmos para que a CEDAE possa cumprir a sua função social”, afirmou.

EXPECTATIVA

O prefeito de Pirai manifestou também a sua preocupação com a demora na execução das medidas prometidas pelo governo federal: “Estamos aguardando com muita expectativa. Estão falando em reabrir as linhas de crédito para o setor de saneamento, mas, por enquanto, está tudo paralisado, lamentou.

Luiz Fernando Pezão manifestou ainda a disposição dos prefeitos do interior de fazer parcerias, tanto com o Estado como com o governo federal, para resolver os problemas de saneamento dos municípios. Para ele, as companhias estaduais serão de suma importância para isso, e a filosofia do governo do PT é no sentido de fortalecer-las. “Contudo, os próprios empregados da empresa precisam ajudar nesse processo”, concluiu.

Relatório aponta irregularidades

Audidores recomendam revisão completa dos modelos gerenciais e de controle

Registros inadequados na contabilidade, excesso de pessoal, desatualização tecnológica de seus sistemas de informação, falta de contratos entre os planos de custeio que justifiquem a movimentação financeira efetuada, disparidade entre os números da contabilidade e do setor financeiro, gestão inadequada com a caracterização de malversação dos recursos financeiros, gastos sem licitação, fragilidade estatutária, transferência de recursos do Plano de Assistência Familiar (Planaf) e de outros para fazer frente a despesas administrativas e até reembolsos de gastos com remédio pouco convencional, similar ao “viagra”.

Estas foram algumas das irregularidades encontradas, nos últimos dois anos, pela auditoria realizada na CAC-Saúde, para apurar detalhes do processo que levou a empresa à atual situação de crise e sugerir medidas para reestruturar o plano de saúde dos empregados da CEDAE. O relatório, baseado em dados dos últimos cinco anos, sugere uma revisão completa nos modelos gerenciais e de controle da CAC, inclusive a reformulação de seu estatuto, de forma a adequá-lo às novas exigências da legislação imposta pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para os sistemas de autogestão. “A delicada situação de desequilíbrio financeiro”, de acordo com a análise, “exigirá medidas enérgicas imediatas”, afirma o documento.

Os técnicos responsáveis consideraram fundamental aprimorar os mecanismos de garantia e proteção dos beneficiários, de forma a promover as regulamentações complementares necessárias. “Mesmo porque, atualmente, há uma forte tendência de maior rigor dos processos de fiscalização da agência reguladora, inclusive com responsabilização dos órgãos diretivos das entidades, que não mais poderão atuar de forma tão isenta e sujeitos a interferências de toda ordem das empresas patrocinadoras”, diz o relatório.

“ A direção da Empresa utilizou as reservas técnicas - mais de R\$ 11 milhões - para cobrir déficits dos planos de saúde e despesas administrativas ”

O relatório aponta diversas falhas que levaram a irregularidades e recomenda uma completa revisão dos atuais critérios de crítica e análise de faturas e auditorias, além de mais rigor na análise do faturamento dos prestadores de serviços, que representam o maior peso nas despesas assistenciais. O documento sugere também a urgente revisão da atual rede assistencial e o estabelecimento de regras de credenciamento que possam evitar o comprometimento do equilíbrio do plano.

De 1998 até agora, a CAC-Saúde acumulou um déficit de R\$ 21.999.431,00. Isto levou a administração da empresa a se utilizar, nos anos de 2001 e 2002, das reservas técnicas, principalmente do Planaf, de onde foram transferidos mais de R\$ 11 milhões, “para cobrir déficits dos outros planos e, pior, das despesas administrativas”. Isso se deveu à atual metodologia deficiente de gestão dos recursos da CAC e totalmente irregular do ponto de vista contábil, que “dá margem para que qualquer má administração se utilize dos recursos financeiros da forma que melhor lhe convier”. Como exemplo, os auditores citaram um desvio para a conta administração de cerca de R\$ 6.000.000,00, oriundos principalmente da arrecadação do Planaf, nos últimos dois anos, que deveriam ser utilizados única e exclusivamente com assistência médica aos seus beneficiários. Agora, segundo a auditoria, a estrutura contributiva, embora politicamente complicada, terá de ser renegociada com os órgãos

representativos da classe, a partir de um estudo atuarial minucioso, à luz da nova legislação definida pela ANS.

O relatório questiona também a decisão da CAC de administrar alguns planos de outras empresas – como o Metrô, SENGE, Sindicato dos Aduaneiros, SE-AERJ etc. E segundo apuraram os auditores, alguns deles encontram-se devedores ou com pagamentos atrasados com a CAC, além de não oferecerem quaisquer vantagens que possam justificá-los.

Entre outras irregularidades detectadas, chamou atenção da auditoria o fato de não ter sido aprovado o plano orçamentário referente ao ano de 2002, e que o de 2001 não contempla a grande maioria das despesas efetuadas pela diretoria da época. “Esta é uma situação que consideramos grave, tendo em vista poder abrir precedentes que certamente trarão consequências desastrosas para o futuro da CAC”.

Examinando as atas de diretoria co-

legiada e do Conselho Deliberativo, “com raras exceções vimos retratados assuntos importantes”. A maioria das atas é referente a posses dos demais órgãos que compõem a administração da CAC. Nas reuniões da diretoria colegiada, o grande volume de assuntos tratados abordava exceções e autorizações extra-regulamentares, quase transformadas em rotina: “Liberações de carências, coberturas adicionais não previstas nos regulamentos, parcelamento de dívidas em correção etc. são alguns dos exemplos que pudemos observar e que só contribuem para agravar ainda mais a situação financeira da entidade”, afirma o documento da auditoria.

Na área de apoio logístico, os técnicos constataram a existência de um grande volume de kits com material promocional e livro de credenciados, além de cerca de 30 mil carteiras plásticas para identificação de associados, sem possibilidade de utilização. “Causou-nos estranheza tanto desperdício, pois como as despesas administrativas demonstram constantemente um déficit operacional, estes gastos deveriam ter sido evitados ou postergados”. Apesar de a CAC ter gasto cerca de R\$ 1 milhão nos últimos cinco anos em informática, a área continua desintegrada dos setores financeiro e contábil. Por fim, o relatório considerou excessivos e fora dos padrões os gastos com veículos, comparativamente a outros planos de autogestão.